

■ RELATOS DE EXPERIÊNCIA

■ A importância do ensino da língua inglesa na educação básica em instituições públicas brasileiras

The importance of teaching English as part of the curriculum in public schools

 *Ângela Cristina de Sousa Silva**

Resumo: Partindo do pressuposto de que a língua inglesa vem ganhando espaço significativo tanto no mundo corporativo quanto educacional e que há distinção de ensino no que se refere às instituições pública e privada, este trabalho tem por objetivo geral discutir a importância do ensino da língua inglesa nas escolas públicas e, conseqüentemente, apresentar algumas dificuldades encontradas pelos docentes. O objetivo específico consiste em apresentar possíveis causas de tais dificuldades. Ressalta-se que este trabalho tem por intenção pedagógica propagar a importância do ensino da língua inglesa na educação básica, no ensino fundamental e no ensino médio, em escolas públicas brasileiras, mesmo diante das dificuldades existentes, a fim de que tal ensino tenha embasamento curricular coerente com uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Língua inglesa. Escolas públicas. Docentes.

Abstract: Assuming that the English language has been gaining significant space both in the corporate and educational world and that there is a distinction in teaching in what refers to public and private institutions, this work has the general objective of discussing the importance of teaching the English language in public schools and seeks to present some difficulties encountered by teachers who work in this area. The specific objective is to present possible causes for such difficulties. It is worth noting that this work aims at propagating the importance of teaching English in basic education, both at the elementary and high school levels, in Brazilian public schools. Even in the face of difficulties identified, this paper argues that learning English must be part of a curricular basis, consistent with the broader goal of quality education.

Keywords: English language. Public schools. Teachers.

* *Ângela Cristina de Sousa Silva é professora, ledora, tradutora, transcritora e escritora. Graduações: Pedagogia, Letras Inglês/português. Especializações: Gestão e orientação Educacional; Docência no ensino superior; Neuropedagogia; Psicopedagogia; Direitos Humanos; Extensão em Deficiências múltiplas. Contato: angelacristinasilva20@gmail.com*

Introdução

É sabido que no Brasil, apesar de ser um país no qual se fala a língua portuguesa, a busca por aprender distintos idiomas é grande, especialmente quando se trata da língua inglesa. Pode-se afirmar que tal desejo de aprender a língua inglesa surge como consequência da globalização e conseqüentemente como uma busca por melhores oportunidades profissionais ou seja qual for o objetivo – socioeconômico, profissional ou cultural –, o aumento da procura por aprender tal idioma é perceptível. Nota-se, por meio da comunicação entre professor e aluno, o explícito desejo de se aprender um novo idioma principalmente quando há discussões sobre o assunto nos Centros de Línguas. Porém, quando se observa o ensino da língua inglesa em distintos ambientes, depara-se com uma divergência de realidades, pois observa-se o aumento do número de instituições particulares que ensinam o idioma no Brasil.

Em contrapartida, infelizmente ainda é notável um ensino de língua inglesa nas escolas públicas de modo superficial, sem práticas interdisciplinares, sem ludicidade e com cargas horárias mínimas, enfim, sem a devida atenção pedagógica necessária, o que também ocorre em outros componentes curriculares, como artes e educação física. Ou seja, não há muita discussão de como se trabalhar o currículo em sala de aula devido aos diversos problemas estruturais.

Partindo de tais observações, este trabalho propõe discutir a importância de ensinar a língua inglesa na educação básica e conseqüentemente apresentar desafios existentes para o ensino da língua inglesa nas escolas públicas brasileiras. Paralelamente, propõe-se apresentar possíveis propostas de melhoria para o ensino do inglês em escolas públicas brasileiras, respeitando a diversidade e o contexto de cada comunidade escolar.

Ressalta-se que a proposta deste trabalho não consiste em acusar os docentes dessa língua, mas sim em trazer a reflexão sobre a prática do ensino da língua inglesa em ambientes escolares da rede pública e conseqüentemente sobre a formação inicial e continuada dos professores de inglês.

É importante reforçar que a proposta deste relato de experiência não é de acusação ou de elaboração de uma “receita pronta” de como ensinar a língua inglesa em escolas públicas, pois é fato que pensar numa educação unificada diante de tantos desafios e diversidade de problemas que existem dentro de cada comunidade escolar. A proposta é provocar a reflexão do quanto é importante o acesso de crianças e adolescentes da rede pública ao ensino da língua inglesa como parte de todo o processo para o caminho de uma cidadania com equidade e qualidade, bem como também é importante ter uma formação

continuada de qualidade para professores que atuam como docentes da língua inglesa.

1. A importância de ensinar a língua inglesa nas escolas públicas

Estudos da história demonstram que, desde as antigas civilizações até a globalização atual, a humanidade sente necessidade de aprender outros idiomas. Ou seja, com finalidades bélicas ou pacíficas, pode-se afirmar que as línguas se tornam mediadoras para ações tanto políticas, sociais e comerciais, além de veicularem o conhecimento científico à produção sociocultural.

A escolha do inglês como língua franca do mundo globalizado não foi obra do acaso, nem foi resultado de fundamentos fonéticos ou gramaticais próprios desse idioma, o que traz a discussão do seu ensino para uma perspectiva social, como evidencia Ortiz (2006) a seguir:

Uma língua não se torna global por causa de suas propriedades estruturais, pelo tamanho de seu vocabulário, por ser veículo de uma grande literatura do passado, ou por ter sido associada a uma grande cultura ou religião, uma língua torna-se internacional por uma razão maior: o poder político de seu povo – especialmente seu poderio militar (ORTIZ, 2006, p. 24).

É fato que a língua inglesa é uma das mais utilizadas no mundo atual globalizado. E no Brasil isso pode ser notado pelo crescimento significativo de instituições de idiomas de língua estrangeira nas últimas décadas, resultado de exigências básicas de qualificação profissional e da globalização predominante; e sem deixar de mencionar questões de prestígio, renome ou posição favorável na sociedade, pois é perceptível que o brasileiro passou a sentir interesse em explorar e conhecer diferentes culturas e a língua inglesa, por sua vez, se transformou praticamente numa língua universal. É sabido que o inglês está presente em diversos setores, como resultado do capitalismo e da globalização.

Partindo desta perspectiva, torna-se justificável que a escola, enquanto instituição também responsável pela formação da cidadania, se transforme em lugar de ensino da língua inglesa. Segundo a LDB N° 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação –, em seu artigo 1°:

Art. 1°. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§1° Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições culturais.

§2° A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Obviamente que o artigo acima não trata exatamente

a respeito do ensino da língua inglesa. A questão é que, partindo da ideia de que a educação escolar precisa vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, torna-se justificável o ensino da língua inglesa em escolas públicas, pois é fato que aprender um idioma diferente da língua materna propicia amplitude das possibilidades de inserção cultural, social e profissional dos discentes.

Entretanto, não é porque a legislação brasileira sobre a educação afirma que precisa estar vinculada ao trabalho que, de fato, existe a prática, e isso existe em diversos âmbitos da educação brasileira.

Ainda é notável uma educação voltada para a memorização com muita teoria, consequências de uma cultura educacional alienada, sem a devida fiscalização adequada referente às práticas de ensino, ou até mesmo a falta de interesse da gestão governamental e educacional. É sabido que uma população lúcida de seus direitos e deveres é mais complexa de se manipular. Isso é reflexo de uma sociedade com potencial, mas ainda retrógrada, pois, numa visão socioeconômica, a ideia de ensinar a língua inglesa nas escolas públicas poderia ampliar as propostas de melhores formações profissionais, ou melhores oportunidades de empregabilidade e consequentemente maiores rendimentos na economia do país.

Aprender a língua inglesa o quanto antes é de suma importância para a formação de um cidadão apto a abrir um leque de oportunidades tanto cognitivas quanto culturais e consequentemente profissionais, pois se sabe que a criança ainda pequena apresenta facilidade de aprender outros idiomas, por estar em processo de aprendizagem significativa no período da infância. Porém, no Brasil a maioria das escolas públicas de educação básica não oferta o ensino da língua inglesa nas séries iniciais e o alunado da rede pública terá acesso ao idioma, de forma rápida e incoerente no ensino médio, por volta dos quinze anos.

Aqui se evidencia outra dicotomia, pois a maioria das escolas privadas oferta o ensino da língua inglesa desde a educação infantil, ou seja, há investimentos financeiros e pedagógicos para tal prática. E com certeza para a inserção do ensino da língua inglesa nas séries iniciais ou para manter o ensino com qualidade, se fazem necessários planejamentos concisos e coerentes e uma reestrutura curricular.

É importante principalmente haver reestruturação no currículo da formação inicial dos docentes, além de investimentos tanto financeiros quanto pedagógicos adequados para que esses profissionais possam exercer um ensino de inglês com qualidade nas redes públicas de ensino.

Sabe-se que os recursos metodológicos são imprescindíveis no processo de ensino aprendizagem em qualquer área do conhecimento. Os quadros

negros ou brancos, isolados, se tornam maçantes e até medíocres diante dos recursos existentes. A falta de tais recursos se torna prejudicial para qualquer processo de ensino e aprendizagem.

É importante ratificar que aprender com qualidade é direito de todo alunado para seguir firme na caminhada de uma justa cidadania, que as mudanças são necessárias e que trabalhos como este e outros referentes a esta temática se tornam propagadores da importância de existir uma maior atenção educacional acerca do ensino da língua inglesa em escolas públicas.

1.1 O ensino da língua inglesa nas escolas públicas e suas dificuldades

Pesquisas podem explicitar a frustração do ensino de língua inglesa nas escolas públicas brasileiras, tanto nas questões de docente para docente, como de docente para discente, e ainda de docente para o sistema educacional, dentre outros aspectos, como o sociocultural o socioeducacional e os recursos didáticos, como o que pode ser visto nos vídeos “Ensino do inglês na escola pública” e “Desafios da Educação: O ensino da língua inglesa nas escolas públicas brasileiras”, os quais demonstram essa realidade com mais clareza.

O ensino da língua inglesa não é questão pedagógica da atualidade como se acredita, pois se iniciou na época de Dom João VI, quando houve a implantação da obrigatoriedade do ensino da língua inglesa e francesa com interesses meramente comerciais, porém desde aquela época não se pensou em um currículo apropriado e coerente. Isso porque o objetivo do ensino da língua inglesa não se referia à aprendizagem ou qualificação pessoal ou profissional, o objetivo específico era basicamente permitir a comunicação entre os governos do Brasil, da França e da Inglaterra. Santos e Oliveira (2003 *apud* Lima, 2009) afirmam que a intenção principal do ensino da língua inglesa era “capacitar os estudantes a se comunicarem oralmente e por escrito”, facilitando as negociações e relações entre os países.

A Lei de Diretrizes e Bases (4.024/1961) decretou aos estados federados do Brasil a decisão de incluir ou não o ensino da língua estrangeira na grade curricular naquele momento. Tal decisão ocorreu com intenções econômicas referentes aos recursos e investimentos. Infelizmente fez com que diminuísse a oferta do ensino da língua estrangeira na maioria das grades curriculares estaduais e a pouca oferta que se encontrava era do ensino da língua inglesa.

É sabido que o contexto histórico mundial pós-guerra é marcado pelo avanço tecnológico, principalmente dos ramos da comunicação, da identidade ideológica entre o capitalismo e o socialismo, que consequentemente foram determinantes para que o Brasil passasse

pelo golpe militar em 1964. Contudo, os estados passaram a ser responsáveis pelo ensino de língua inglesa, mesmo a Lei de Diretrizes e Bases tendo sido reformulada durante o regime militar.

A lei ordinária nº 5.692/71 modificou a estrutura de ensino para o 1º e 2º grau, no qual o ensino do 2º grau se tornou profissionalizante para atender às exigências do mercado, resultante dos avanços tecnológicos presentes naquela época. Consequentemente tais mudanças fizeram com que muitas instituições de ensino interrompessem a oferta do ensino da língua inglesa ou de outras línguas estrangeiras, ou optaram por ministrar aulas com menores cargas horárias.

No decorrer da história muitas foram as mudanças referentes ao ensino da língua inglesa no Brasil. Vale a pena ler a percepção de Abreu e Batista (2010, s/p) referente a isso:

[...] a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996) foi um marco na educação brasileira ao programar mudanças significativas quanto aos direcionamentos institucionais; aos objetivos de cada nível de formação escolar; ao enfatizar a formação da cidadania, do indivíduo crítico e da autonomia; bem como ao formalizar um currículo de base comum em nível nacional para a educação básica. [...] uma dessas modificações [...] foi a retomada do status do ensino de língua estrangeira moderna (inglês, espanhol, francês, italiano, etc.), que até então era tido como atividade complementar e sem relevância na construção da identidade do aprendiz. Logo, a LDB tenta recuperar a importância da LE como disciplina de formação cidadã dos sujeitos. Além de galgar espaço referente à sua oferta no ensino fundamental e no ensino médio, pautados nos artigos 26 e 36 da lei, por exemplo. Mas, por se tratar de uma lei e ser concisa e objetiva nos seus propósitos, tornou-se necessário lançar documentos que complementassem ou orientassem melhor as ações educativas propostas (ABREU; BATISTA, 2011, s/p).

Se ensinar o que é compreendido como fundamental já pressupõe suas mazelas, ensinar o que é compreendido como atividade complementar multiplica muito mais tais dificuldades. Ou seja, a ideia de procurar resgatar a importância do ensino da língua estrangeira se tornou um grande passo para a propagação do ensino de distintos idiomas.

Para haver eficazes rendimentos e prosperidade no ensino das línguas estrangeiras, e orientação adequada às ações complementares mencionadas pelos autores acima, surgiram os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCN-EF) (Brasil, 1998), que descrevem passos para que o ensino de línguas estrangeiras pudesse responder às demandas dos discentes, tendo por centro o ensino da leitura e escrita, enfatizando o letramento que valoriza os conhecimentos de mundo.

Os parâmetros curriculares determinavam que o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna deveria ser obrigatoriamente inserido a partir do 5º ano e que a escolha do idioma ensinado ficaria a critério da instituição escolar, considerando a realidade dessa e suas possibilidades (BRASIL, 1998, p. 57).

Há aberturas legais que permitem e estimulam o descaso com relação ao ensino da língua inglesa em escolas públicas. Como ressalta a contribuição a seguir:

[...] a falta de obrigatoriedade do ensino de línguas nas escolas, formalmente colocada na LDB de 1961, foi um retrocesso para o desenvolvimento do ensino de língua estrangeira no Brasil. Apesar de todos os setores da sociedade reconhecerem a importância do ensino de língua estrangeira, as políticas educacionais não asseguraram uma inserção de qualidade desse ensino em nossas escolas. Em busca dessa qualidade, as classes privilegiadas sempre procuraram garantir a aprendizagem de línguas nas escolas de idiomas ou com professores particulares, mas os menos favorecidos continuaram à margem desse conhecimento e habilidades de uso correspondentes (MACHADO; CAMPOS; SAUNDERS, 2007, s/p).

Parece que tais descrições são até atuais, pois é nítido que ainda existem na atualidade. Tais aberturas da legislação educacional promovem um paradigma socioeconômico e consequentemente desigual, uma vez que as instituições privadas se aproveitam que as públicas não se preocupam em ofertar o ensino da língua inglesa com qualidade e se veem numa situação mais vantajosa, pois podem oferecer um ensino com mais riqueza de metodologias que proporcionam conhecimentos e habilidades superiores ao que as escolas públicas oferecem.

Infelizmente desde a sua implantação até a atualidade, o ensino da língua inglesa nas escolas públicas ainda é menosprezado, sendo ministrado com cargas horárias menores, com poucos recursos ou nenhum, o que dificulta uma aprendizagem contextualizada com melhor qualidade e rendimento.

É nítido que o ensino da língua inglesa nas escolas públicas cessa no verbo "to be" do 1º ao 4º bimestre, ou nas traduções de simples textos, tendo foco mais na escrita do que na pronúncia, contextualização e didática adequada.

Na maioria das vezes, o ensino da língua é ministrado fora do contexto cultural, com objetivo simplório de transmissão das regras gramaticais, desconsiderando o uso da língua pelos falantes e desmerecendo a atuação do docente que tem competência gramatical da língua, mas sente dificuldades de apresentá-la como instrumento sociocultural.

Apesar da tecnologia estar presente em muitos municípios brasileiros, ainda não são perceptíveis grandes avanços do ensino da língua inglesa referente ao desenvolvimento da aprendizagem. Diante de tal contexto, se

torna imprescindível ressaltar o papel do docente atuante nas salas de aula.

O docente da língua inglesa tem papel fundamental na propagação de um ensino de qualidade e, para atuar, precisa se adequar a planejamentos consistentes, agregando ludicidade e aproveitando-se da interdisciplinaridade. É fato que há necessidade de mudanças que devem ser aplicadas com certa urgência e que a propagação da importância estimule e provoque mudanças, nem que sejam começando na postura do profissional.

Obviamente que se faz necessária uma reflexão mais apurada do ensino de língua estrangeira no Brasil no sentido de apresentar programas mais consistentes que valorizam a realidade sociocultural no intuito de promover melhor intercâmbio entre distintas culturas, uma vez que a vivência em um mundo cada vez mais globalizado deixa explícita a importância de estruturar melhores cronogramas e planejamentos para desenvolver o ensino da língua inglesa para os educandos das escolas públicas.

1.2 Formação acadêmica e continuada do docente de língua inglesa

Foi aproximadamente a partir da década de 1990 que houve maior debate fundamentado em pesquisas empíricas e teóricas referente à formação dos docentes. Apesar do crescimento expressivo da pesquisa universitária e da produção editorial no campo da formação de docentes, ainda são necessárias reflexões acerca do papel docente. Poucas são as ações afirmativas tomadas para modificar as condições da formação de docente.

É fato que, desde a formação docente, a desvalorização social da educação em geral e da docência em particular se mostra preocupante. Sem mencionar a decorrente diminuição do interesse em cursos de licenciatura, considerando as dificuldades no mercado de trabalho e a baixa remuneração do magistério, o que acentuou o caráter de atividade marginal ou provisória.

Dessa maneira, o magistério, especialmente o da Educação Básica, vem se constituindo mais como uma contingência do que como uma opção e os cursos de licenciaturas em geral representam por vezes maiores possibilidades, maiores acessos ao nível superior de ensino. Obviamente que não justifica toda a problemática do ensino da educação básica, e nem se pode generalizar, mas consequentemente interfere no perfil do profissional.

Devido à preocupação com a regulamentação da formação de docentes para o ensino da educação básica e a urgência em qualificar uma maior quantidade de docentes para um maior número de educandos, os programas de formação constituíram-se em disciplinas de natureza pedagógica e disciplinas de conteúdo.

Em conformidade com as ideias de Pereira (1999),

na área educacional, esse modelo de formação é denominado de Modelo da Racionalidade Técnica, cujo objetivo é aplicar na prática diária de sala de aula o conhecimento científico e pedagógico, adquirido durante o período de formação universitária.

Por outro lado, é notável determinado paradoxo em relação a tal formação que estabeleça laço com teoria e prática. É explícito que existe a incompatibilidade na formação docente, uma discordância entre o que é ensinado nas instituições superiores com a realidade da educação brasileira nas escolas públicas.

É fato também que os desafios relativos à formação de docentes promovem temas abrangentes nas discussões acadêmicas retrógradas e atuais, e não seria muito diferente em relação à formação dos docentes em língua inglesa.

Apesar de haver variações de disciplinas da grade curricular de uma instituição de ensino superior para outra, mesmo seguindo um parâmetro nacional, ainda assim é notável a divergência entre os currículos, sem mencionar os recursos e as metodologias didáticas utilizadas, o que ratifica a necessidade de elaborar com urgência planejamentos pedagógicos nacionais, para proporcionar um currículo favorável na formação dos docentes, voltado ao processo de ensino-aprendizagem, o qual tenha maior ênfase à realidade educacional brasileira com análises das problemáticas concretas das salas de aulas, do alunado e que proponha adaptações e revisões referentes aos estágios supervisionados, que enfatize a relação teoria-prática numa perspectiva de que teoria e prática precisam caminhar lado a lado.

É de suma importância a participação dos futuros docentes em estágios supervisionados, mas, em contrapartida, é preciso também que existam ações afirmativas facilitadoras para tornar menos burocrática e medíocre a prática dos muitos estágios supervisionados.

É hipocrisia negar que muitas instituições, sejam públicas ou privadas, não apresentam interesse em abrir oportunidades de estágios supervisionados e na maioria das vezes só autorizam as assinaturas dos relatórios de estágio. Tal resistência pode se refletir à prática dos futuros docentes.

As grandes lacunas formativas, observadas nas pesquisas, no que se refere aos cursos de licenciatura, além dos conteúdos próprios, apontam para a inadequação na realização de estágios, apresentado na afirmação abaixo:

Como se o docente pudesse atuar sem ter refletido sobre educação, sobre o desenvolvimento das crianças e jovens, sem ter feito um estágio adequado, sem ter permanecido o tempo necessário em uma escola, sem ter acompanhado o trabalho pedagógico de outros docentes, sem ter tido a chance de experimentar uma vivência escolar com crianças e adolescentes (GATTI, 2003, p. 475).

Ensinar requer disponibilidade para aprender, partindo do pressuposto de que nenhum conhecimento é pronto, exato, e sim construído, processual, com etapas. Tal ideia ratifica a importância de reestruturar a formação docente tanto inicial quanto continuada.

Três aspectos vêm sendo destacados como lacunas formativas nas licenciaturas em geral, são elas: a ausência de um perfil profissional do docente a ser formado; a falta de integração entre áreas de conteúdo e disciplinas pedagógicas e a formação dos formadores.

Obviamente a ideia apresentada neste trabalho não é generalizar tais aspectos, mas apresentar possíveis fatos que favorecem a defasagem no ensino da língua inglesa, sem menosprezar as questões quanto ao reconhecimento, ao valor funcional, cultural e formativo do aprendizado de uma língua estrangeira.

Devido à influência do docente na aprendizagem dos estudantes, faz-se necessário que o profissional que leciona línguas estrangeiras tenha formação apropriada para a execução desta tarefa, caracterizada por Filho (2002) como complexa e constantemente reflexiva.

Ensinar a língua inglesa é ter em mãos uma incrível ferramenta para desconstruir conceitos e promover o pensamento crítico acerca da sociedade atual e dos caminhos que ela vem seguindo. Assim, ao ministrar uma aula de língua inglesa com enfoque intercultural, o docente tem condições de proporcionar o conhecimento e a quebra de muitos estereótipos e tabus.

Tal proposta pedagógica, sem dúvida, proporciona a reflexão e compreensão dos discentes a respeito de preconceitos estabelecidos culturalmente nesse processo ideal e coerente de ensinar a língua inglesa. Ao se deparar com questões de gênero, raça, etnia, características sociais, dentre outras diversidades, proporciona uma aprendizagem significativa para as crianças e os adolescentes.

Ou seja, ensinar com foco intercultural possibilita a interação, discussão e reflexão dos educandos. Essa abordagem pedagógica pode resultar em crianças e adolescentes críticas a verdades absolutas impostas, que promovem atitudes preconceituosas, e pode provocar os educandos a se conhecer, apreciar e, acima de tudo, respeitar a cultura alheia, a diversidade.

Portanto, é notório que a formação universitária de professores da língua inglesa apresenta deficiências para as quais alguns autores vêm sugerindo um novo planejamento curricular na busca da qualidade do ensino de língua inglesa.

1.3 A idealização do ensino da língua inglesa em escolas públicas brasileiras

A proposta de ensino da língua inglesa como ensino intercultural é compreendido como meio de criação de diálogo entre pessoas de diferentes culturas por intermédio

de uma língua, capaz de promover a discussão e fomentar a reflexão dos estudantes, trazendo inúmeros benefícios para a formação humanística dos indivíduos.

Assim, além de estabelecer a discussão sobre os benefícios de se desenvolver um ensino intercultural, pode-se apresentar sugestões a serem utilizadas em salas de aula da educação básica pública, conforme a nova Lei de Diretrizes e Bases da educação. Faz-se necessário desenvolver projetos, tarefas e atividades que promovam a conexão entre as disciplinas na língua inglesa.

Por isso é essencial haver reflexão sobre o ensino de língua estrangeira sob uma perspectiva cultural em que a cultura é utilizada como recurso pedagógico para promover o interesse, a curiosidade e a participação efetiva dos estudantes.

A circulação e o acesso ao conhecimento tornaram-se fundamentais, pois novos tempos revolucionam a todo o momento os conteúdos ensinados e as aprendizagens adquiridas, e atualmente estão muito em foco as abordagens interdisciplinares.

A proposta é contrapor o ensino de línguas com visão meramente gramatical, focado apenas na estrutura, ao ensino baseado em atividades interculturais, tendo como contexto a realidade atual do ensino público brasileiro.

A linguagem ou uso da língua, quando dissociado da cultura, desloca o sentido de língua como fenômeno fundamental da comunicação e vivência humana para um sistema de elementos regido por regras, cuja estrutura pode ser analisada independente de tempo, espaço ou contexto.

A proposta apresentada se justifica à medida que é observada a necessidade de reestruturação de programas das disciplinas de inglês ofertadas nos cursos de licenciaturas e bacharelados, principalmente em organizar os conteúdos desenvolvidos em cada disciplina, por meio da adoção de uma abordagem interdisciplinar.

A interdisciplinaridade promove a relação entre os diferentes conteúdos para facilitar a compreensão e conseqüentemente a aprendizagem dos estudantes, ampliando suas esferas de atuação pela linguagem. Ou seja, a língua vive, passa por alterações e evolui conforme as transformações sociais. Devido à língua ser considerada um elemento vivo e dependente dos sujeitos que fazem uso dela, é justificável focar na questão cultural como elemento relevante e imprescindível no processo de ensino-aprendizagem da língua inglesa.

Partindo de tais perspectivas, é importante ratificar que as práticas pedagógicas devem estar inseridas no projeto político-pedagógico da escola, além de contemplar as distintas áreas do conhecimento, em um trabalho interdisciplinar com as disciplinas de língua portuguesa, história, artes, dentre outras possibilidades didáticas.

O ensino da língua inglesa pode estimular o desenvolvimento da capacidade dos estudantes em reconhecer

e produzir em língua inglesa atividades de compreensão e produção oral e escrita, em que o estudante possa ler e compreender textos literários e não literários, como poemas, charges, contos, fábulas, filmes, peças de teatro, músicas, entre outros, e conseqüentemente traduzir e associar termos na língua inglesa e língua portuguesa.

Todas essas práticas podem ter embasamento nas discussões de temas transversais como arte e cultura, ética e cidadania, sociedade, higiene e meio ambiente de maneira multidisciplinar ao longo das aulas.

Nessa proposta apresentada e explorada nas instituições privadas há décadas, o uso intercultural da língua inglesa transforma-se em ferramenta para desconstruir preconceitos e promover o respeito ao outro, ampliando as discussões não só de questões estruturais da língua, mas principalmente apresentando a língua como fenômeno social e fundamental para a comunicação humana.

Para tal proposta acontecer na prática, é preciso alterações na estrutura curricular desde a carga horária as metodologias e principalmente na concepção dos docentes e da instituição. Compreendendo a proposta do ensino da língua em foco cultural, abre-se um leque de oportunidades de ensino da língua inglesa em que as músicas, as brincadeiras, os jogos, os filmes, os videoclipes, o cinema, os vídeos postados na internet, as redes sociais, os aplicativos educativos ou não se tornam recursos primordiais, atrativos e didáticos, pois o público-alvo do ensino da língua inglesa tem afinidade com a tecnologia, é curioso e tem sede de aprender, aprender o diferente, conhecer o desconhecido, não decorando ou memorizando, mas vivenciando, experimentando um processo com etapas que precisam de uma maior atenção pedagógica.

2. Sugestões didáticas

Acredita-se que o levantamento das possíveis necessidades dos discentes e docentes da língua inglesa e de profissionais das áreas de ensino e tradução, junto à análise criteriosa de diferentes gêneros e a posterior elaboração de cadernos com unidades didáticas para cada disciplina da língua inglesa, pode contribuir para a resolução dos problemas encontrados pelos professores, por isso a análise do levantamento das necessidades tem papel primordial no desenvolvimento e na implementação de qualquer ensino de inglês.

A metodologia utilizada precisa ser discutida pelo grupo de docentes, supervisores, gestores, comunidade escolar, pais e estudantes, respeitando o contexto social e a estrutura escolar tanto pedagógica quanto financeira. Ratifica-se que é preciso maior atenção à carga horária do ensino da língua inglesa, em que as aulas podem ser ministradas duas ou três vezes na semana.

O formato e a estrutura das aulas podem variar

proporcionalmente à diversidade de recursos facilitadores da aprendizagem e geradores de motivação. Dentre os procedimentos utilizados em sala de aula explorados, destacam-se: as aulas expositivas dialogadas. Pode haver também o desenvolvimento de pequenos projetos individuais ou em grupo, assim como o desenvolvimento de sequências didáticas, de passeios extracurriculares, dentre outras atividades pedagógicas.

É importante valorizar as atividades de observação e análise de figuras, de charges e reproduções de obras de arte com recorte e colagem, debates e discussões direcionadas, músicas e filmes, a apresentação de pequenos seminários, a confecção de cartazes, de brinquedos por meio da sucata, explorando o mundo da reciclagem, sem menosprezar os simulados de provas de concursos e vestibulares, e promovendo melhor aprendizagem.

As atividades destacadas no parágrafo acima podem se tornar acessíveis às escolas públicas, mas depende da atenção pedagógica dada ao ensino da língua inglesa, que precisa estar presente no projeto político-pedagógico e em demais projetos escolares.

Ao desenvolver as atividades na escola, há um aprofundamento teórico e metodológico para que o estudante possa assimilar os multiletramentos que estão presentes no cotidiano e conseqüentemente desenvolver uma criticidade que possibilite desmembrar conceitos implícitos em diferentes textos, como o conhecimento multissemiótico que envolve a era digital.

Deve-se ressaltar que é de grande importância no processo de ensino-aprendizagem da língua inglesa a parceria junto à tecnologia, principalmente no uso do computador, pois muitos estudantes ainda apresentam dificuldades ou falta de acesso, em contraposição à grande maioria, que possui um computador de bolso, o celular, que pode ser utilizado como instrumento pedagógico.

É sabido que a língua inglesa é fielmente presente na tecnologia de informação. Pode-se aproveitar desse ensejo e da facilidade de manuseio das crianças e adolescentes possuírem aparelhos tecnológicos para estabelecer determinada aproximação com a língua inglesa de maneira contextualizada. Tal afirmação ratifica que é preciso considerar o aspecto que diz respeito ao desenvolvimento da tecnologia o qual possibilita a comunicação instantânea, tanto na forma escrita quanto oral. E neste cenário, a abordagem tradicional de ensino da língua estrangeira isolada torna-se inadequada, surgindo novos desafios para os profissionais responsáveis.

Mesmo diante de tantos desafios, a escola precisa buscar acompanhar as transformações socioculturais e econômicas, pois a escola é o próprio reflexo social. Ou seja, os docentes estão sempre em busca de novidades para atrair seu público, por meio das novas tecnologias que reforçam a contribuição dos trabalhos pedagógicos

e didáticos contemporâneos, além de permitir a criação de situações de aprendizagem extraordinárias, complexas e diversificadas, proporcionar maior aprendizagem e colaborar para a formação dos aprendizes. No entanto nota-se a necessidade dos estudantes perceberem a aprendizagem de forma prazerosa, sem preocupação exacerbada com a utilização da gramática formal, pois essa se constrói ao aprender a escrever.

Para tais práticas éticas e concisas, é de extrema importância a construção curricular para a formação dos educandos para o ensino da língua inglesa, a qual forneça subsídios afirmativos.

Infelizmente sabe-se que no Brasil existe uma série de fatores que inviabilizam a prática docente, como professores com pouco domínio oral da língua, problema resultante desde a formação inicial, ou professores que ministram aulas em salas superlotadas, com carga horária reduzida, sem os mínimos recursos didáticos.

Entretanto, a longo prazo, esses fatores podem ser alterados, começando pela elaboração do PPP (documento que garante a autonomia para as instituições de ensino em relação à proposta de orientação de suas práticas educacionais, estabelecendo os objetivos do ambiente educacional, podendo-se incluir desde a proposta curricular até a gestão administrativa no mesmo) e valorizando o contexto e a realidade de cada comunidade escolar. Nessa perspectiva, as ações afirmativas podem proporcionar obviamente o início de um ensino de qualidade da língua inglesa nas escolas públicas.

Sabe-se que há escolas públicas brasileiras que exploram com êxito o ensino da língua inglesa, porém não por investimentos governamentais ou por uma atenção legalizada dos órgãos competentes, mas pela luta diária de profissionais tanto da gestão quanto da docência que buscam com afinco e à sua maneira ensinar com qualidade.

No entanto, o embasamento legal e a propagação da importância do ensino da língua inglesa em escolas públicas são imprescindíveis para a diminuição, ainda que ideológica, de uma exclusão estúpida e até cruel das crianças e adolescentes da rede pública uma vez que a educação de qualidade é direito de todos.

Considerações finais

De acordo com a pesquisa realizada, observou-se que a existência de fatores dificultantes no ensino da língua inglesa e estrangeira nas escolas públicas se reflete na própria história do ensino das línguas estrangeiras no Brasil, cujos objetivos eram distintos e conseqüentemente influenciaram na construção das leis que determinam o ensino da língua estrangeira em âmbito educacional.

Entretanto, mesmo diante de tantas dificuldades pedagógicas ou de formação inicial ou continuada dos docentes, existem possibilidades de ensinar com qualidade e com metodologia dinâmica, porém as ações afirmativas precisam estar inseridas no projeto político-pedagógico institucional e no currículo escolar, respeitando e se adequando à realidade dos discentes e docentes.

Ressalta-se que generalizar tais possibilidades e até mesmo as dificuldades diante da diversidade educacional brasileira seria no mínimo ignorância, pois sabe-se que, quando se trata da temática educação, as questões e discussões tendem ser mais complexas e extensas justamente pela diversidade existente, seja cultural ou socioeconômica. E acusar a prática docente não colabora para a divulgação da importância de ensinar a língua inglesa, já que atitudes assim menosprezam os trabalhos existentes que variam de acordo com o foco e o contexto de cada instituição.

É interessante trazer para discussão a formação tanto inicial quanto continuada, mas com propósitos que agreguem a valorização e a qualidade, e não a crucificação dos profissionais, pois é preciso refletir acerca do motivo ou razão (competências) existente para ensinar a língua inglesa e não somente focar no que ensinar (conteúdos). Uma ação define e acompanha a outra, para agregar uma terceira: como ensinar (habilidades).

É fato que existem falhas e que precisam ser sanadas. É perceptível que a formação de docentes de línguas prioriza uma prática executiva, meramente aplicadora de métodos; em contrapartida, é imprescindível valorizar uma visão da língua inglesa nas escolas públicas como instrumento de aprimoramento técnico e profissional, e conseqüentemente como um meio para ampliação sociocultural. ■

Referências

- ABREU, K. F.; BATISTA, L. M. T. R. Reflexões sobre a habilidade de leitura no ensino de língua estrangeira: o que dizem os documentos governamentais: **Revista HELB - História do Ensino de Línguas no Brasil**, v. 5, n. 5, 2011. Disponível em: <http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-5-no-5-12011>.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/db.pdf.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: 3º e 4º ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- DURAN, Marília Claret Geraes; JÚLIO, Maria Lúcia Monteiro. Repensando o curso (noturno) de pedagogia de uma instituição particular. In: **Reunião Anual da Anped**, 20, Caxambu, 1997.
- GATTI, Bernardete Angelina. Formar professores: velhos problemas e as demandas contemporâneas. **Revista da**

FAEEBA: Educação e contemporaneidade. Salvador, v. 12, n. 20, p. 473-477, jul./dez., 2003.

MACHADO, R.; Campos, T.R. de; Saunders, M. do C. História do ensino de línguas no Brasil: avanços e retrocessos. **Revista HELB - História do Ensino de Línguas no Brasil**, v. 1, n. 1, 2007.

ORTIZ, Renato. **Mundialização:** saberes e crenças. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 24.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes. A LDB e a legislação vigente sobre o ensino e a formação de professor de língua inglesa. In: STEVENS, C. M. T; CUNHA, M. J. **Caminhos e colheitas:** ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil. Brasília: UnB, 2003. p. 53-84.

SANTIAGO. Emerson. **As origens da língua inglesa.** Disponível em: [Origens da língua Inglesa - InfoEscola](#). Acesso em: 05 maio 2018.

TV CULTURA DO VALE. **Ensino do inglês na escola pública.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Yt-D0ioAsTME&ab_channel=TVCulturadoVale

UNIVESP. **Desafios da Educação:** O ensino da língua inglesa nas escolas públicas brasileiras. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6cEc2zUEKeg&ab_channel=UNIVESP

VENTURINI, Laércio. **Origem e desenvolvimento da língua inglesa.** Disponível em: http://www.startenglish.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=100&Itemid=97. Acesso em: 22 mai. 2012.